# LEI N. 2.935, DE 13 DE JULHO DE 2022.

(DOM 13.07.2022 – N. 5383, ANO XXIII)

INSTITUI a Campanha Municipal de Orientação aos Idosos contra Fraudes e Golpes no Comércio Eletrônico, na Internet e em Instituições Financeiras no município de Manaus e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

### LEI:

**Art. 1.º** Fica instituída, no âmbito do município de Manaus, a Campanha Municipal de Orientação aos Idosos contra Fraudes e Golpes no Comércio Eletrônico, na Internet e em Instituições Financeiras.

**Parágrafo único.** A campanha realizar-se-á preferencialmente a partir do dia 1.º de outubro de cada ano (Dia Internacional do Idoso) e terá duração de duas semanas.

- **Art. 2.º** A campanha terá duas frentes: uma educativa e outra preventiva.
- § 1.º A frente educativa prestar-se-á a orientar o público idoso quanto aos riscos inerentes à:
  - I navegação na internet;
  - II aquisição de bens, produtos e serviços por meio do comércio eletrônico;
- III contratação de ofertas de empréstimos, financiamentos ou qualquer tipo de seguro.
- § 2.º A Campanha visa a orientar o público idoso quanto aos métodos aptos a:
  - I evitar golpes e fraudes no âmbito do comércio eletrônico;
  - II garantir a segurança do tráfego de dados durante a navegação na internet;
- **III –** evitar fraudes e atentados a idosos e pensionistas do INSS, principalmente no tocante às ofertas de empréstimos consignados, seguros e financiamentos por telefone, com taxas de juros supostamente atraentes.
- § 3.º Os materiais e recursos utilizados nesta campanha serão produzidos de forma objetiva, clara e de fácil compreensão pelo público maior de sessenta anos.
- § 4.º A Campanha será realizada e divulgada preferencialmente em locais, espaços e canais (inclusive de radiodifusão) utilizados ou frequentados pelo público maior de sessenta anos.



- § 5.º O Poder Executivo poderá escolher livremente os meios de divulgação, publicidade ou veiculação desta campanha, observado o disposto neste artigo.
- **Art. 3.º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- **Art. 4.º** O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.
  - **Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de julho de 2022.

# DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA

Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM de 13.07.2022 - Edição n. 5383, Ano XXIII.

Manaus, quarta-feira, 13 de julho de 2022.

Ano XXIII, Edição 5383 - R\$ 1,00

## **Poder Executivo**

#### LEI Nº 2.934, DE 13 DE JULHO DE 2022

**DISPÕE** sobre a inclusão de informação sobre prevenção e combate a todos os tipos de violência contra a mulher no portal da Prefeitura do Município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

- Art. 1.º Esta Lei tem o intuito de levar ao conhecimento dos munícipes a importância da prevenção e das ações afirmativas e educativas para o combate à violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial contra a mulher.
- Art. 2.º O Poder Público Municipal deverá engajar esforços para disponibilizar as informações pertinentes, de forma organizada e de fácil acesso, no portal da Prefeitura do Município de Manaus, não deixando dúvidas aos munícipes quanto ao assunto tratado.
- Art. 3.º Serão disponibilizados telefones para denúncia bem como informações acerca das campanhas, dos programas e serviços de combate a todos os tipos de violência contra a mulher e de apoio às vítimas, disponibilizados pela Prefeitura de Manaus e suas Secretarias.
  - Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 13 de julho de 2022.



### LEI Nº 2.935, DE 13 DE JULHO DE 2022

INSTITUI a Campanha Municipal de Orientação aos Idosos contra Fraudes e Golpes no Comércio Eletrônico, na Internet e em Instituições Financeiras no município de Manaus e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus.

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

Art. 1.º Fica instituída, no âmbito do município de Manaus, a Campanha Municipal de Orientação aos Idosos contra Fraudes e Golpes no Comércio Eletrônico, na Internet e em Instituições Financeiras.

**Parágrafo único.** A campanha realizar-se-á preferencialmente a partir do dia 1.º de outubro de cada ano (Dia Internacional do Idoso) e terá duração de duas semanas.

- Art. 2.º A campanha terá duas frentes: uma educativa e outra preventiva.
- § 1.º A frente educativa prestar-se-á a orientar o público idoso quanto aos riscos inerentes à:
  - I navegação na internet;
- II aquisição de bens, produtos e serviços por meio do comércio eletrônico;
- III contratação de ofertas de empréstimos, financiamentos ou qualquer tipo de seguro.
- § 2.º A Campanha visa a orientar o público idoso quanto aos métodos aptos a:
- I evitar golpes e fraudes no âmbito do comércio eletrônico;
- II garantir a segurança do tráfego de dados durante a navegação na internet;
- III evitar fraudes e atentados a idosos e pensionistas do INSS, principalmente no tocante às ofertas de empréstimos consignados, seguros e financiamentos por telefone, com taxas de juros supostamente atraentes.
- § 3.º Os materiais e recursos utilizados nesta campanha serão produzidos de forma objetiva, clara e de fácil compreensão pelo público maior de sessenta anos.
- § 4.º A Campanha será realizada e divulgada preferencialmente em locais, espaços e canais (inclusive de radiodifusão) utilizados ou frequentados pelo público maior de sessenta anos.
- § 5.º O Poder Executivo poderá escolher livremente os meios de divulgação, publicidade ou veiculação desta campanha, observado o disposto neste artigo.
- Art. 3.º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 4.º O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, a presente Lei.
  - Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

